



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023157472 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de ALISSON BARRETO FERNANDES, para a realização de perícia no processo nº 0802881-71.2023.8.15.0371, movido por MUNICÍPIO DE SOUSA, em face de JOSÉ UIRAUNA e MÔNICA MARIA MEEIROS.

Data da Autuação: 25/10/2023

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: **0802881-71.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **25/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE SOUSA. (REQUERENTE)			
KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO (REQUERENTE)			
JOSE UIRAUNA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MONICA MARIA MEDEIROS (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72331293	25/04/2023 21:02	Despacho	Despacho
77928807	21/08/2023 09:27	Termo de Audiência	Termo de Audiência
81091624	24/10/2023 08:06	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0802881-71.2023.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 25 de abril de 2023.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 21/08/2023 09:27:41
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082109274147000000073383770>
Número do documento: 23082109274147000000073383770

Num. 77928807 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2023157472, nos termos da Lei 11.419. ADME. 35112.28961.42114.51209-0
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 25/10/2023 10:38

3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) vinte e um dia(s) do mês de agosto do ano dois mil e vinte e três (21/08/2023), às 08h40min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exm^o. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, **Proc. N° 0802881-71.2023.8.15.0371**, ajuizada por **MUNICÍPIO DE SOUSA** em face de **JOSÉ UIRAÚNA e MÔNICA MARIA MEDEIROS**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s)** o(a) advogado(a) público Sydcley Batista de Sousa, OAB/PB 20.577, o(a)(s) interditando(a)(s), e o(a) interessado(a) Klebiana Gomes Pereira Ribeiro. **Ausente(s)/desconectado(a)(s)** o(a) Dr(a). **FERNANDA PETTERSEN DE LUCENA**, Promotor(a) de Justiça e membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência, pelo MM Juiz foi dito:** O(A) representante do Ministério Público e a equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença do(a) Promotor(a) de Justiça e da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). **Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a), pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) Mônica Maria Medeiros não interagiu adequadamente com o magistrado, respondendo algumas perguntas de forma ininteligível, aparentando, aos olhos de um leigo, falta/redução de discernimento, e o(a) interditando(a) José Uiraúna não interagiu com o magistrado, aparentando, aos



olhos de um leigo, falta/redução de discernimento. **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). Decorrido o prazo sem impugnação, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. **Superada esta fase,** com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. **Requisite-se** a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requiste-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. **E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Marcus Vinícius Batista Cordeiro, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.**





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: MUNICIPIO DE SOUSA., KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0802881-71.2023.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: MUNICIPIO DE SOUSA., KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO,**
CPF/CNPJ: **MUNICIPIO DE SOUSA.(08.999.674/0001-53); KLEBIANA GOMES PEREIRA**
RIBEIRO(064.864.514-24);

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: JOSE UIRAUNA, MONICA MARIA MEDEIROS,** CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, Nº 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 24 de outubro de 2023

<p>MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica</p>	<p>Bernardo Antonio da Silva Lacerda Juiz de Direito 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica</p>
---	---



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: *

23/06/1982

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

046.443.074-75

Identidade: *

2648967_____

Órgão: *

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: *

21290632482

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: *

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: *



(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Pombal

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	 

Adicionar profissão

Endereço *

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Pombal

Bairro 

Centro

Logradouro *

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA


Número * 

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

05215_____

Conta: *

643335_____

Tipo conta: *

Corrente

Gravar cadastro



Número: **0802881-71.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **25/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE SOUSA. (REQUERENTE)			
KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO (REQUERENTE)			
JOSE UIRAUNA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MONICA MARIA MEDEIROS (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72325934	25/04/2023 18:39	Petição Inicial	Petição Inicial

HELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____VARA DA COMARCA
JOÃO PESSOA/PB

O MUNICÍPIO DE SOUSA-PB, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel José Gomes de Sá, 27, Centro, Sousa-PB. Neste ato representado pelos Advogados Públicos inscritos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 1.768 do Código de Processo Civil, combinado o art. 747 e seguintes do novo CPC, propor a presente

ÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

face de **JOSÉ UIRAUNA**, solteiro, desempregado, CPF: 015.759.664-84 e de **MÔNICA MA**
DEIROS, solteira, desempregada, CPF: 015.307.104-48, ambos com endereço no Ce
upêutico, localizado na R. Lafaiete Píres Ferreira, 27 - Centro, Sousa - PB, 58800-510 da Cidade
sa-PB, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

O promovente é pessoa jurídica de direito público, portanto, isento de custas processuais, nos termos do **Art. 4º, I da Lei 9.289/96**.

Art. 4º. São isentos de pagamento de custas:

I - a União, os Estados, os **Municípios**, os Territórios Federais, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações;

PRELIMINARMENTE – DA NOMEAÇÃO DA CURADORA – REPRESENTANTE DA ENTIDADE QUE SE ENCONTRA OBRIGADA O INTERDITANDO(S)- LEGITIMIDADE DO MUNICÍPIO PARA PROPOR A AÇÃO



Assinado eletronicamente por: SYDCLEY BATISTA DE OLIVEIRA - 25/04/2023 18:38:21
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042518382106400000068193858>
 Número do documento: 23042518382106400000068193858

Num. 72325934 - Pág. 1

Documento 3 página 2 assinado, do processo nº 2023157472, nos termos da Lei 11.419. ADMF.51166.05305.28961.94312-5
 C. Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 25/10/2023 13:12

Os artigos 747 ao artigo 755, do CPC, comprovam que a parte autora faz jus ao direito de propor a ação de interdição, uma vez que tem legitimidade para propor ação de interdição o representante da entidade em que se encontra obrigado o interditando ou pessoa que melhor possa atender os interesses do curatelado:

Art. 747, CPC, A interdição pode ser promovida:

I – pelo cônjuge ou companheiro;

II – Pelos parentes e tutores;

III – Pelo representante da entidade em que se encontra obrigado o interditando;

IV – Pelo Ministério Público.

PARÁGRAFO ÚNICO: A legitimidade deverá ser comprovada por documento que acompanhe a Petição Inicial.

Art. 755. Na sentença que decretar a interdição, o juiz:

§ 1º A curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses do curatelado.

§ 2º Havendo, ao tempo da interdição, pessoa incapaz sob a guarda ou sob a responsabilidade do interdito, o juiz atribuirá a curatela a quem melhor puder atender aos interesses do interdito e do incapaz.

In caso, o Município de Sousa-PB é a pessoa jurídica responsável pela entidade em que se encontra obrigado o interditando, sendo que em consultas a secretaria de saúde verificada que a servidora vinculada a secretaria de saúde que tem as melhores condições de representar os interesses do interditando(s) é a servidora efetiva KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO, CPF: 064.864.514-24, QUE atualmente ocupa o cargo de Diretora de Atenção a Saúde, conforme documentos pessoais e contra cheque da servidora que seguem em anexo.



Assim, resta comprovada a legitimidade do Município para propor a presente ação, sendo a autora **KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO, CPF 4.864.514-24** a responsável pela entidade que se encontra internada os interditando(s) ou pessoa com melhores condições para atender os interesses dos internos, conforme documentação acostada aos autos.

DOS FATOS

Inicialmente, deve-se destacar que os interditando(s) são internos residentes do Centro de Atenção Psicossocial do Município de Sousa-PB, há cerca de 20 anos, e não tem parentes ou pessoas próximas. Foi apurado na Notícia de Fato 001.2022.092035 (processo anexo), tendo o Ministério Público destinado ao Município a responsabilidade de providências legais com fins de ação de interdição e regularização da representação dos interditando(s).

Os interditando(s) **JOSÉ UIRAUNA** e **MÔNICA MARIA MEDEIROS** são portadores de doença mental, **artigo 10 F 72.0 (retardo mental grave)**, conforme laudos anexos, impossibilitando que este realize a vida cotidiana, como resolver questões pessoais em repartições públicas, etc, pois não possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, sendo incapazes de regerem sua pessoa e bens.

Os interditando(s) são solteiros, não tem filhos, nem parentes próximos, não possui bens e não condições de trabalhar e, portanto, **necessita de um representante legal para que possam regularizar o acesso ao INSS o recebimento do benefício BPC- LOAS (Benefício para pessoa com deficiência)**. Além disso, benefício este que auxilia na manutenção dos internos, com aquisição de produtos de higiene, roupas, suplementos alimentares e outros medicamentos não disponíveis no SUS.

Diante todo o exposto, não restou alternativa senão recorrer ao Poder Judiciário com fim de pedir a curatela e regularizar a situação de direito do interditando.



OS FUNDAMENTOS DA INTERDIÇÃO

Artigo 1º do Código Civil estatui que “*toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil*”. Assim, se à pessoa a ideia de personalidade, que é consagrado nos direitos constitucionais de liberdade e igualdade.

Interdição que a personalidade tem a sua medida na capacidade de fato ou de exercício, que o Ministério de Maria Helena Diniz:

É a aptidão de exercer por si os atos da vida civil, dependendo, portanto, do discernimento que é critério, prudência, juízo, tino, inteligência, e, sob o prisma jurídico, da aptidão que a pessoa de distinguir o lícito do ilícito, o conveniente do prejudicial. (Curso de Direito Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva)

Essa capacidade pode sofrer restrições legais quanto ao seu exercício, visando a proteger os portadores de uma deficiência jurídica apreciável. Assim, segundo Maria Helena Diniz, a incapacidade é a restrição legal ao exercício dos atos da vida civil. Os artigos 3º e 4º do Código Civil gradam a capacidade de proteção, a qual assume a feição de representação para os absolutamente incapazes e a restrição para os relativamente incapazes.

A capacidade cessa quando a pessoa atinge a maioridade, tornando-se, por conseguinte, plenamente capaz para os atos da vida civil.

Entanto, pode ocorrer, por razões outras, que a pessoa, apesar da maioridade, não possua condições para a prática dos atos da vida civil, ou seja, para reger a sua pessoa e administrar os seus bens. Existe, assim, a sua incapacidade real e efetiva, a qual tem de ser declarada por meio do procedimento de interdição, tratado nos arts. 747 a 770 do Novo Código de Processo Civil, bem como nomeado curador, conforme o artigo 1.767 do Código Civil.

Portanto, **depreende-se que os interditandos fazem jus à proteção, a qual será assegurada através da interdição e a nomeação da autora como sua curadora, a fim de que esta possa representar e assisti-la no exercício dos atos da vida civil, de acordo com os limites da cura judicialmente fixados na sentença de interdição.**

Isso mostra o **art. 749 parágrafo único do CPC**, in verbis:

Art. 749. Incumbe ao autor, na petição inicial, especificar os fatos que demonstram a incapacidade do interditando para administrar seus bens e, se for o caso, para praticar atos da vida civil, bem como o momento em que a incapacidade se revelou.



Parágrafo único. Justificada a urgência, o juiz pode nomear curador provisório ao interdito para a prática de determinados atos.

**Assim, resta comprovada a legitimidade para propor a presente ação, bem com
essidade de interdição dos promovidos, face a incapacidade civil e necessidade
ularização de representação diante das repartições públicas, conforme documenta
stada aos autos.**

DA CURATELA

Curatela é um instituto atribuído de maneira sensível às condições de capacidade do indivíduo a
interditado. Atribui-se, também, a tal instituto, uma forma de proteger esse indivíduo, a fim de garan
tir o direito de viver nas mesmas condições, embora desta vez em estado de assistência ou representaçã
o por terceiro, pois diante da sua limitação, perdeu a capacidade de gerir-se independentemente.

Assim, diante da impossibilidade de conduzir a sua própria vida e, conseqüentemente, produzindo efe
itos na esfera social, assim como também nas suas atitudes cotidianas, vê-se o sentido da curatela na fo
rma conferência por lei de alguém responsável para gerir e administrar os bens do incapacitado, já q
ue o mesmo encontra-se naturalmente privado de sua própria condição de independência.

De acordo com os **Art. 1.767, I, do Código Civil**, recepcionado pelo **Novo Código de Processo C
ivil** sujeitos a curatela:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I – Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir
sua vontade;

Antes, de acordo com a excepcionalidade que passou a ter a decretação da curatela após a vigê
ncia da Lei 13.146/15 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, é de grande urgência a necessidade
de decretação da medida protetiva da CURATELA, nos termos do **§ 1º do Art. 84** da referida legislação, p
ara o desempenho dos atos de cunho patrimonial e negocial, como estabelece o art. 85 da mencionada lei

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade
legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1.º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei



§ 2.º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

§ 3.º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e dura o menor tempo possível.

§ 4.º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. (...)

DA NECESSIDADE DE CURADOR PROVISÓRIO E DA TUTELA DE URGÊNCIA

O Juiz de Direito nº 13.176/2015 legitimou de forma evidente a possibilidade de o juiz decretar a nomeação de curador provisório ao curatelado, nos seguintes fundamentos:

Art. 87. Em casos de relevância e urgência e a fim de proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, será lícito ao juiz, ouvido o Ministério Público, de ofício ou a requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador provisório, o qual estará sujeito ao que couber, às disposições do Código de Processo Civil.

Em suma, se destaca que, diante da comprovação dos fatos alegados pela autora da exordial, onde constata a deficiência que vem acometendo **os interditando(s)**, que decorre **da retardo mental grave**, bem como a incapacidade de reger-se a si próprio, tem efeito significativamente grave em sua vida. Portanto, tendo amplamente relatado na exordial, havendo prova pré-constituída da enfermidade que acomete **os interditando(s)**, na forma como está solidado através do laudo médico anexo.

E imprescindível a necessidade urgente da instituição de um curador, assim se requer **DECLARADO LIMINARMENTE CURADORA a servidora efetiva KLEBIALE DOMES PEREIRA RIBEIRO, CPF: 064.864.514-24, QUE atualmente ocupa o cargo de Diretora de Atenção a Saúde, conforme documentos pessoais e contra cheque da servidora que segue em anexo, pessoa esta que tem melhores condições de assistir os interditando(s).**

Como explica o dispositivo supracitado, sendo justificada a urgência, poderá ser nomeado curador, provisoriamente, a autora da curatela. Como mostram os laudos médicos, existe uma urgência vista que o interditando não tem capacidade de tomar decisões, portanto há existência da urgência **de possa regularizado o recebimento do Benefício Assistencial à pessoa com Deficiência em processo administrativo autônomo e de competência da Previdência Social.**

Sobre o dispositivo, vale mencionar o Enunciado 638 da VIII Jornada de Direito Civil – Art. 1.775 CC, de preferência de nomeação do curador do Art. 1.775 CC, deve ser observada quando atende ao interesse do curatelado, considerando suas vontades e preferências, nos termos do Art. 755, § 1º, do CPC.



Artigo 300, CPC sobre tutela de urgência diz que:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em comprovado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, fazendo jus ao pedido da Tutela de Urgência em nome da parte autora.

Logo assim, é justificável a concessão da **TUTELA de URGÊNCIA** em caráter liminar para que seja nomeada **CURADORA a servidora efetiva KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO, CPF: 064.864.514-24, QUE atualmente ocupa o cargo de Diretora de Atenção a Saúde**, Curadora Provisória do curatelado, para que possa representar os atos acima mencionados em benefício do mesmo.

Neste caso a requerente é irmã e já responsável pelo interditando e deseja o representar nos atos civis.

Para salientar que o requerido a curatela, não é possuidor de bens, **apenas vislumbra a regularização do recebimento do Benefício assistencial à pessoa com deficiência**, em sua cota parte (alimentação, medicamentos), qual ajudará em seu próprio sustento e necessidades especiais. Cujo o requerimento administrativo junto a Autarquia da Previdência Social, onde se não houver essa curatela poderá ensejar o cancelamento do seu pleito.

Atente o direito da parte requerente à concessão da tutela provisória antecipada, uma vez que, caso não haja a concessão imediata da curatela, inevitavelmente terá danos irreversíveis.

DOS PEDIDOS

Em razão do acima exposto, requer:

Sejam-lhe deferidos os benefícios da justiça gratuita nos termos requeridos preliminarmente, por não encontrar impossibilitada de arcar com as despesas processuais, sem que para tal ocorra comprometimento de sua sobrevivência.

Conceda-se a concessão da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 do Novo CPC, com a nomeação de **servidora efetiva KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO, CPF: 064.864.514-24, QUE atualmente ocupa o cargo de Diretora de Atenção a Saúde**, como curadora provisória ao interditando, a fim de que possa representar o interditando em processo administrativo junto ao INSS e que aquela possa representá-la nos atos da vida civil, sobretudo na adequada gestão dos recursos fundamentais à sua manutenção.

Requer a citação dos interditando(s) para que, em dia a ser designado, seja efetuado sua entrevista, nos termos do art. 751 do Novo CPC;



seja concedido prazo legal para que o interditando possa apresentar impugnação nos termos do do Novo CPC;

a intimação do Ministério Público para que acompanhe o feito ad finem, conforme art. 178, II do Código de Processo Civil;

a procedência da ação e, conseqüentemente, concessão da Tutela de Urgência Liminar deferida em caráter Definitiva, nos termos do artigo 755 do Código de Processo Civil, nomeando a promovente, para exercer o papel de Curadora, intimando-o pessoalmente por oficial de justiça para que presenciar o exame médico-pericial e emitir o respectivo laudo, se assim se fizer necessário;

Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, estipulado pelo artigo 465, § 1º, do CPC, a nomeação de perito para realizar exame médico-pericial e emitir o respectivo laudo, se assim se fizer necessário;

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado através dos documentos acostados, bem assim por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal das partes ou seus representantes legais, oitiva das testemunhas do rol abaixo, juntada de novos documentos, perícias, enfim, tudo desde já requerido.

DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a presente ação o valor de **R\$ 1.000,00** (um mil reais), para meros efeitos fiscais.

Nos termos apresentados,

Pugno **DEFERIMENTO**.

Soledade/PB, data e assinatura eletrônicas.



SYDCLEY BATISTA DE OLIVEIRA

Advogado Público: 303681

OAB/PB 20577





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.157.472

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0802881-71.2023.8.15.0371, movido por MUNICÍPIO DE SOUSA, CNPJ 08.999.674/0001-53, em face de JOSÉ UIRAÚNA, CPF 015.759.664-8 e MÔNICA MARIA MEDEIROS, CPF 015.307104-48, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Pelos documentos acostados aos autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando, apenas, a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório, a fim de possibilitar o pagamento respectivo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, se encontra ativo.

Em razão do exposto, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhem-se os presentes autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0802881-71.2023.8.15.0371, movido por MUNICÍPIO DE SOUSA, CNPJ 08.999.674/0001-53, em face de JOSÉ UIRAÚNA, CPF 015.759.664-8 e MÔNICA MARIA MEDEIROS, CPF 015.307104-48, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 25 de outubro de 2023

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



25/10/2023

Número: **0802881-71.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **25/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE SOUSA. (REQUERENTE)			
KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO (REQUERENTE)			
JOSE UIRAUNA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MONICA MARIA MEDEIROS (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81205900	25/10/2023 14:01	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.157.472 que autorizou a reserva orçamentária autos do processo em referência.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n° 2023.157.472

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários periciais nos autos da Ação 0802881-71.2023.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 06

Informação Orçamentária

Atendendo despacho anterior, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação poderá, a critério da Direção Superior desta Corte de Justiça, após os procedimentos administrativos que se fizerem necessários, ocorrer por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI n° 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. de Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc. Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas.	760

* Reservas n°s. 1861 e 1862

GEORC, em João Pessoa, 26 de outubro de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.157.472

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

À Gerência de Programação Orçamentária para atualizar informação de fl. 26, relativamente à reserva orçamentária para o corrente exercício.

Gabinete do Diretor Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 08 de janeiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n ° 2023.157.472

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários periciais nos autos da Ação 0802881-71.2023.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 06

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico** determinada nos atos do processo: **0802881-71.2023.8.15.0371**

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI N° 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 22 de janeiro de 2024

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Número: **0802881-71.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **25/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE SOUSA (REQUERENTE)			
KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO (REQUERENTE)			
JOSE UIRAUNA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MONICA MARIA MEDEIROS (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
87086714	13/03/2024 08:29	0802881712023-Laudo	Laudo Pericial



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA

(Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Bairro Raquel Gadelha,

(83) 3522-6601 - Whatsapp (83) 99143-3318 e-mail sou-vmis03@tjpb.jus.br

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº 0802881-71.2023.8.15.0371

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro (26/01/2024), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição da 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) Dr. Alisson Barreto Fernandes, exercendo atividades no CENTRAL MÉDIC, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Sousa-PB (em frente à Praça Bom Jesus), a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº 0802881-71.2023.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) JOSE UIRAUNA e MONICA MARIA MEDEIROS. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado de forma eletrônica pelo Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição e por Maria Edna Fernandes Medeiros, Analista Judiciária, Matrícula 469.114-8..

Agilio Tomaz Marques

Juiz de Direito em substituição

(assinatura eletrônica)

Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6535
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

AÇÃO: INTERDIÇÃO PROCESSO Nº 0802881-71.2023.8.15.0371

REQUERENTE: KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO

INTERDITANDO(A): FATIMA VIEIRA DE MACENA



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 26/01/2024 15:30:47
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24012615304728600000079755110>
Número do documento: 24012615304728600000079755110

Num. 84797592 - Pág.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 13/03/2024 08:29:12
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031308291129000000081876357>
Número do documento: 24031308291129000000081876357

Num. 87086714 - Pág. 1

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

Q U E S I T O S

INTERDITANDO(A):

MÔNICA MARIA MEDEIROS

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELCTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R: SIM, RETARDO MENTAL GRAVE, CID-10: F72.1
DE CAUSA PERMANENTE.

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HA DEFICIÊNCIA FÍSICA.
HA DEFICIÊNCIA INTELCTUAL (MENTAL) F72.1

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HA DEFICIÊNCIA SENSORIAL

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELCTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HA RETARDO MENTAL GRAVE, PR DEFENSO
VINCULO INCOMPLETO, CID-10: F72.1

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HA SIM RETARDO MENTAL, F72.1,

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: HA DEFICIÊNCIA INTELCTUAL GRAVE.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM, HA SEVERO COMPROMETIMENTO DA COMPREENSÃO
DA EXPRESSÃO E DO DISCERNIMENTO.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

A PERICULIDADE É TOTALMENTE
INALTA M/ALTA DA VIDA CIVIL,
M GERIR BENS POREMOS.

Sousa,

Dr Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM/PR 7218 ROE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 26/01/2024 15:30:47

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24012615304728600000079755110>

Número do documento: 24012615304728600000079755110

Num. 84797592 - Pág. 1

Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 13/03/2024 08:29:12

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031308291129000000081876357>

Número do documento: 24031308291129000000081876357

Num. 87086714 - Pág. 2

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

QUESITOS

INTERDITANDO(A):

JOSÉ VIRAUNA

RG: 3.678.125

CPF: 015.759.664-84

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R: SIM, RETARDO MENTAL GRAVE, F72.1, CAUSA PERMANENTE.

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA FÍSICA

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA SENSORIAL.

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ RETARDO MENTAL GRAVE (DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL) DE ETIOLOGIA MULTIFATORIAL CID-10: F72.1

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ RETARDO MENTAL GRAVE, POR DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO DA MENTE. CID-10: F72.1.

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: A DEFICIÊNCIA É GRAVE.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM, HÁ GRAVE COMPROMETIMENTO DA VONTADE, DA EXPRESSÃO E DO DISCERNIMENTO.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

O Peritiado é residente da
Sousa, 08/03/24, RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, E SEU
TRATAMENTO NO CAPS, SENDO

MÉDICO

Dr Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

(Assinatura e Carimbo/CRM)

AUTOGRÁFO E
AUTENTICIDADE.



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 26/01/2024 15:30:47

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24012615304728600000079755110>

Número do documento: 24012615304728600000079755110

Num. 84797592 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 13/03/2024 08:29:12

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031308291129000000081876357>

Número do documento: 24031308291129000000081876357

Num. 87086714 - Pág. 3



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.157.472

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Tratam os presentes autos, neste momento, de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0802881-71.2023.8.15.0371, movido por MUNICÍPIO DE SOUSA, CNPJ 08.999.674/0001-53, em face de JOSÉ UIRAÚNA, CPF 015.759.664-8 e MÔNICA MARIA MEDEIROS, CPF 015.307104-48, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada reserva orçamentária, para o corrente exercício, conforme faz certo a informação de fl. 28, foi trazido para os presentes autos, por esta Diretoria, o Laudo pericial de fls. 30/32.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0802881-71.2023.8.15.0371, movido por MUNICÍPIO DE SOUSA, CNPJ 08.999.674/0001-53, em face de JOSÉ UIRAÚNA, CPF 015.759.664-8 e MÔNICA MARIA MEDEIROS, CPF 015.307104-48, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/64, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 22 de março de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



22/03/2024

Número: **0802881-71.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **25/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE SOUSA (REQUERENTE)			
KLEBIANA GOMES PEREIRA RIBEIRO (REQUERENTE)			
JOSE UIRAUNA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
MONICA MARIA MEDEIROS (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
87638470	22/03/2024 12:20	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.157.472 que autorizou o pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM PB – sob nº 7218, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

